

O ENFOQUE URBANÍSTICO-CULTURAL NO PLANEJAMENTO A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

Os projetos de “revitalização urbana” na cidade do Rio de Janeiro.

Neste *paper* procuramos identificar algumas concepções de memória e sua relevância para compreender aspectos significativos do planejamento urbano, atualmente bastante vinculado às questões culturais. Referimo-nos ao enfoque nitidamente urbanístico-cultural dos chamados projetos de “revitalização urbana” que têm a atribuição de preservar o patrimônio cultural urbano, e, portanto, a “memória da cidade”.

Introdução

Pretendemos desenvolver, inicialmente, algumas discussões recentes no âmbito da história e das ciências sociais relativas aos conceitos de memória e suas implicações no planejamento urbano recente⁴. Desse modo, procuramos identificar algumas concepções de memória e sua relevância para compreender aspectos significativos do planejamento urbano, atualmente bastante vinculado às questões culturais. Posteriormente, referimo-nos ao enfoque nitidamente urbanístico-cultural dos chamados projetos de “revitalização urbana” que têm a atribuição de preservar o patrimônio cultural urbano, e, portanto, a “memória da cidade”.

Consideramos os novos projetos de “revitalização” como as formas atuais dos conhecidos planos e projetos de renovação urbana. Verificamos, igualmente, a necessidade de compreender esses novos projetos como alternativas de desenvolvimento urbano, ou seja, de procurar desvendar algumas possibilidades de intervenções urbanas que abarquem os problemas sociais, examinando-se as políticas urbanístico-culturais em curso. A sua vinculação a um projeto de desenvolvimento social torna-se necessária, conforme se pretende expor, no que segue, aludindo à visão de Fernandes² e Santos³. Ambos procuram questionar as ações públicas nas áreas centrais, lugares privilegiados para os investimentos do Estado relativos aos projetos de revitalização.

No item subsequente, buscamos esclarecer as concepções de patrimônio cultural envolvidas nessas políticas urbanístico-culturais⁴. Finalmente, tecemos alguns comentários sobre as legislações concernentes a tais políticas na cidade do Rio de Janeiro, bem como dos projetos urbanos a partir da década de 1980, denominados de projetos de “preservação” / “revitalização” / “requalificação” ou “reabilitação” urbanas. Privilegiamos os atores envolvidos nas concepções e promoções das

políticas e planos urbanos recentes e procuramos identificar noções de memória nos planos e projetos urbanos que buscam a preservação da memória e a revitalização urbanas, tendo em vista a possibilidade de se estruturar um projeto de desenvolvimento urbano.

Aspectos culturais do pensamento sobre a(s) memória(s) e a(s) política(s) cultural(ais)

No âmbito das políticas urbanas de revitalização, emergem as políticas urbanístico-culturais destinadas a preservar a memória de determinados espaços da cidade. Cabe indagar, inicialmente, qual memória se pretende preservar, para que e para quem.

Recentemente vem ocorrendo uma reatualização da “história da teoria da memória” devido às transformações profundas ocorridas no século XX. O abandono das ideologias e “interpretações universais”, isto é, a condição de desesperança em relação a uma “utopia coletivista” possível na chamada era dos extremos, revela uma humanidade tratando, por um lado, de um mundo revolucionado pelo avanço significativo das novas tecnologias da informação e da comunicação e, por outro, de um mundo vivenciando graves problemas de extermínio de vidas humanas em contextos nacionalistas e da chamada “limpeza étnica”⁵. Em decorrência a esse quadro de descrenças e acentuados contrastes, a busca do conhecimento se expressa, freqüentemente, numa busca de auto-conhecimento e o universal passa cada vez mais pelo individual: a questão da memória se evidencia em numerosos campos, dentre os quais, interessa frisar neste texto, o das políticas urbanas e culturais.

Assinalando a existência de uma arte da memória contemporânea, Seligmann-Silva ressalta as mudanças do último século e aponta seu momento crucial - a Segunda Guerra Mundial - a partir da qual o discurso da memória adquire especial relevância. Anteriormente, já havia sido retomado por intelectuais como Bergson, Aby Warburg, Walter Benjamin e Maurice Halbwachs e Proust, mas, no pós-guerra, tal discurso se dissemina em diversos campos sociais. “A necessidade de recosturar as identidades antes oprimidas e impedidas de se manifestar, ao lado do próprio movimento de luto pela perda de vidas gerada pela Grande Guerra, pelos movimentos de auto-afirmação das minorias e pelas lutas contra governos totalitários e autoritários, gerou uma *cultura da memória*” (...). Assim, essa “cultura da memória” surge de movimentos de resistência ao esquecimento nos discursos e ações do poder público e à “cultura da amnésia, do apagamento do passado, que caracteriza nossa sociedade globalizada pós-industrial”⁶.

Na mesma direção, revela-se o pensamento de D'Alessio⁷, ao afirmar que a memória nacional “uniformizou lembranças, exercendo, portanto, uma função opressora em relação às experiências lembradas por pessoas e grupos”. Segundo a autora, “a entrada em cena das ‘memórias subterrâneas’ faz aflorar conflitos entre memórias emergentes e memórias estabelecidas, estas organizadoras da ordem social”. Compreende-se, desse modo, o debate sobre a memória da cidade como um campo de conflitos, evidenciando-se que as políticas culturais tendem a priorizar a implementação de projetos / intervenções físicas nas centralidades do tecido urbano construindo, muitas vezes, verdadeiros “teatros de memória”⁸.

Pode-se dizer que a construção da memória da cidade constitui-se como uma questão fundamental para a identidade dos seus habitantes. Assim, os critérios de escolha/ seleção de projetos de preservação da memória urbana são especialmente relevantes, pois projetos expressivos de determinados grupos passam a representar oficialmente a sociedade local. Contudo, constata-se que na implementação das políticas culturais privilegia-se, muitas vezes, a construção de cenários patrimoniais relacionados à história oficial, deixando submersas outras memórias, outras possíveis escolhas.

De acordo com Jeudy, subjacente às “preocupações habituais da salvaguarda dos patrimônios”, encontra-se uma busca de valorização das memórias coletivas das sociedades. Independentemente do interesse muitas vezes obsessivo de resguardar objetos, emerge um “movimento de consagração de todos os signos culturais”⁹. Nesse contexto, verifica-se uma proliferação de museus, nos quais objetos, imagens e relatos são conservados como testemunhos de culturas, de inovações técnicas ou da identificação de diferentes modos de vida. Trata-se de amplo empreendimento que se propõe a estocar e classificar tais testemunhos. Jeudy, entre diversos autores, ressalta essas constatações e indaga se é a novidade que suscita o medo ou se isso resulta da incidência das grandes transformações industriais que engendra uma angústia da perda do sentido da existência.

Para o autor, “a conservação, sob todos os aspectos, continuaria então a promover estratégias asseguradoras diante da ameaça de desaparecimento dos signos culturais da identidade...”. Considera que esse movimento de museificação das cidades adviria da preocupação com a queda das crenças nos grandes valores da humanidade e constituiria uma reserva de transmissão dos conhecimentos e das práticas, um “*verdadeiro teatro das memórias*” (idem)¹⁰.

Retomando as indagações iniciais, sobre qual memória se pretende preservar, para que e para quem, os três autores acima mencionados acionam alguns aspectos fundamentais. Alude-se, primeiro, à preocupação de Seligmann-Silva de buscar

esclarecimento sobre as origens dessa reatualização do pensamento sobre a memória, apontando o período pós Segunda Guerra como momento de reafirmação dessa temática. Ora, foi nessa época que se desencadearam, em grandes cidades européias, processos de reconstrução de suas áreas centrais destruídas pela guerra e grupos de urbanistas norte-americanos e europeus passaram a refletir mais intensamente sobre a necessidade de reconstituir ou não aspectos dos espaços do passado. Portanto, o tema da memória ressurgiu nos anos 1950, em meio aos projetos de recuperação de espaços perdidos pelos acontecimentos dramáticos, embora não estivesse nomeado enquanto tal¹¹.

A discussão proposta por D'Alessio, como diversos outros autores, refere-se aos conflitos nos tratamentos do tema da memória, à compreensão da existência de diversas memórias, não de uma única, oficial, a ser aceita e celebrada passivamente. Nas escolhas dos trechos da cidade, dos tipos de arquitetura, dos rituais e outros elementos da cultura urbana a serem preservados, evidencia-se a existência de grupos distintos com suas respectivas memórias nem sempre conciliáveis. Portanto, a autora revela um campo tenso, onde se deve atentar para a complexidade da seleção dos fragmentos urbanos a serem preservados e celebrados como espaços de memória.

Finalmente, a aguda reflexão de Jeudy problematiza essa temática trazendo à discussão a valorização das memórias coletivas das sociedades, subjacente às propostas de preservação do patrimônio. No seu estudo, para além dos conflitos evidenciados por D'Alessio, expõe a questão dos excessos a respeito da preservação, apontando as tendências muitas vezes obsessivas de se preservar todos os signos culturais. A despeito da necessidade de se observar a evidência da opressão nos processos de decisão, como mostra D'Alessio, e da necessidade de movimentos de resistência ao apagamento das memórias, como lembra Seligmann-Silva com o surgimento de uma “cultura da memória” como reação a uma “cultura da amnésia”, Jeudy questiona as “estratégias asseguradoras” da memória e adverte em relação à museificação das cidades contemporâneas. Desse modo, apontou-se aqui apenas alguns aspectos de um debate que tem se ampliado recentemente, com numerosos pesquisadores de disciplinas acadêmicas distintas abordando os problemas da memória, da preocupação com a criação de “teatros de memória” nas chamadas políticas culturais.

Projetos de “revitalização” e alternativas de desenvolvimento urbano – centro e centralidade, funções e ações sociais

Aborda-se, primeiramente, a indagação apresentada em texto anterior¹², que se afigura significativa para explicitar a discussão aqui proposta: os chamados projetos

de revitalização urbana, atualmente em desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, não deveriam estar mais nitidamente relacionados a uma proposta de revitalização social?

Na análise realizada naquele texto, esboçou-se um quadro a respeito de alguns projetos de revitalização em curso no Rio de Janeiro e alertou-se para a complexidade dos problemas que envolvem uma ação do poder público no intuito de preservar o patrimônio cultural urbano. Assim, observa-se que a memória da cidade abrangida pelos projetos de preservação urbana suscita um trabalho profundo e ambicioso e que a implementação das atuais propostas de revitalização no contexto municipal não logrará atingir facilmente os objetivos enunciados. Pode-se considerar os novos projetos de “revitalização” como as formas atuais dos conhecidos planos e projetos de renovação urbana, que muitas vezes resultam em processos de elitização dos espaços “revitalizados”.

No entanto, alguns objetivos de preservação urbana vinculada à preservação social podem ser alcançados, a depender do enfoque preconizado nesses projetos. Por este motivo, para auxiliar a compreensão destas ações do poder público, torna-se imprescindível associá-los ao estabelecimento de alternativas de desenvolvimento urbano. Ou seja, trata-se de procurar desvendar algumas possibilidades de intervenções urbanas que abarquem os problemas sociais, examinando-se as políticas urbanístico-culturais em curso. A sua vinculação a um projeto de desenvolvimento social é inextricável, conforme se pretende expor no que segue, aludindo à visão de Fernandes¹³ e Santos¹⁴. Ambos procuram questionar as ações públicas nas áreas centrais, lugares privilegiados para os investimentos do Estado relativos aos projetos de revitalização.

Fernandes respalda-se na conferência proferida por Santos¹⁵ para afirmar que, em 1958, este estudioso já apontava o fenômeno ao tratar do centro de Salvador (na sua tese de doutorado) a respeito das cidades – médias ou grandes, ambas reguladas pela força do lucro. De maneira similar ao exposto no item anterior, sobre o tema da memória, Fernandes registra algumas questões que facilmente acometem o pensamento de quem escuta o termo revitalização de áreas centrais: o que se entende por revitalizar, o que revitalizar, por que revitalizar, para quê e para quem.

Na visão de Santos, o tema da sua conferência intitulada “Salvador: Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea”, num primeiro momento, indicaria que a questão seria a “de uma forma - o centro - e a de uma função - a centralidade”. Utilizando a sugestiva expressão “rejuvenescimento” para nomear o debate recente sobre as áreas centrais das cidades, o autor enfatiza que o problema dessas ações é de método. Assim, recomenda, sabiamente, que: “diante da realidade nós não te-

mos de obrigatoriamente nos limitar a descrever a partir do livro dos mestres. A *experiência deve ser um ponto de partida*” (p.29, grifo nosso, apud Fernandes, 2003).

Santos¹⁶ sublinha as características do “centro ‘antigo’, em certas épocas limitado, quase congelado”, onde as “funções típicas da centralidade se superpunham, escolhendo aqui e ali subespaços especializados”. Tratava-se de um centro que comandava toda a estrutura urbana, incluindo a vida econômica, a vida política e a cultural; constituía um centro polifuncional e monopólico, o único centro da cidade. Num momento posterior, verifica uma multipolarização da cidade, com especializações dos seus espaços e conseqüente redistribuição das funções urbanas. Ocorre, então, uma gradativa decadência do centro velho, concomitante ao surgimento de subcentros. Esse momento marca uma mudança funcional da cidade, onde o turismo evidencia-se como fator crucial na compreensão da centralidade: junto aos habitantes com sua lógica de consumo do centro vinculada ao seu poder aquisitivo e à sua possibilidade de mobilização, afluem os turistas, “dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar” o velho centro.

No que tange ao terceiro momento, o atual, identificado por Santos como o do “rejuvenescimento parcial do velho centro adaptado às exigências do turismo”, procura-se entender as questões abordadas como questões que podem ser relacionadas ao caso da cidade do Rio de Janeiro. Com efeito, busca-se entender as questões do centro e da centralidade através das novas funções urbanas, desencadeadas com a “ampliação da função do Estado, graças às exigências da sociedade em relação a respostas públicas à sua demanda e à expansão de um sistema financeiro exigente de localizações precisas”.

A primeira questão evidenciada pelo autor é a da “instalação das técnicas, dos macrosistemas técnicos e sua localização”. Com a ampliação crescente dos sistemas técnicos, a humanidade tem vivenciado crises sócio-espaciais decorrentes de mudanças tecnológicas. Como exemplo, recorda que a humanidade já viveu sem telefones, “mas havia formas de convivialidade direta que desapareceram”. O desaparecimento da convivialidade direta contribuiu decisivamente para a fragmentação do centro; ambos, convivialidade direta e fragmentação do centro resultaram da implantação dos “macrosistemas técnicos modernos” na cidade.

Outra questão significativa é a revolução que ocorre na “idéia do consumo de proximidade e do consumo de distância”, atribuindo nova dimensão ao centro e conduzindo à questão “do movimento na cidade e a questão da acessibilidade”. A idéia de consumo conquistou rapidamente a sociedade brasileira e impediu o desenvolvimento de uma cidadania completa. Aqui ocorreu, então, uma “produção de con-

sumidores mais-que-perfeitos”. Os europeus e norte-americanos “são consumidores imperfeitos, porque se defendem das artimanhas do consumo e das artimanhas dos negociantes, enquanto nós não nos defendemos nem de um nem dos outros, ampliando por conseguinte a possibilidade de instalação de comércios, graças igualmente à creditização da sociedade brasileira”. Aqui a moda dos cartões de crédito se difundiu rapidamente e, além disso, a “notória imaginação nacional” desenvolveu outros meios de multiplicação do crédito.

Nesse novo contexto, o centro torna-se o lugar do movimento rápido; e o centro velho apresenta-se como lugar do movimento lento. Na concepção de Santos, na cidade, “a velocidade intelectual e política maior não se instala nas áreas de movimento rápido e sim naquelas de movimento lento”. No Brasil, os que vivem nas áreas luminosas da cidade, as áreas do movimento rápido, “são embotados para o entendimento do mundo - as classes médias e as classes além da classe média”. Nas áreas do movimento lento há uma rapidez possível, “uma acuidade na percepção do movimento do mundo exatamente porque os pobres estão isentos do consumo mais-que-perfeito”. Tal consumo impossibilita a contemplação das mudanças, “porque as classes médias e as classes acima das médias não querem mudar nada”. Elas querem o presente, um presente mais aperfeiçoado. “E o presente não é mudança, só o futuro é mudança”.

No estudo de Fernandes, destacam-se as suas observações a respeito das cidades médias¹⁷. Na sua percepção, a cidade média apresenta uma (aparente?) contradição, isto é, “conseguiu conservar o monopólio funcional do centro “antigo”, mas não conseguiu guardar a realidade do movimento lento que caracterizava o centro antigo”, conforme Milton Santos. O “consumo mais-que-perfeito” é o que parece presidir o uso que hoje se faz dos espaços públicos do centro da cidade.

Com efeito, a cidade média analisada por Fernandes configura-se, atualmente com dois centros: “o ‘antigo’, embora ainda exercendo uma gravidade muito intensa sobre as funções urbanas em sua direção, e o outro, ‘novo’, onde o consumo mais-que-perfeito se acomoda com mais conforto e desenvoltura, o *shopping center*. A autora pergunta se seria possível perceber o movimento lento mencionado por Milton Santos, no centro “antigo” de algumas cidades médias paulistas, “onde as classes mais pobres agora circulam à vontade ao menos nos chamados jardins públicos da cidade”? No entanto, não observa ali “experiências de contemplação das mudanças, de convivialidade direta”. Ali também se vêem transeuntes, consumidores e trabalhadores em circulação, preocupados em chegar ao seu destino.

Feitos esses comentários, referentes aos textos de Santos e Fernandes, resta assinalar que ambos propõem a recreação dos espaços de convivência como forma de

reconstituir espaços com a cultura da troca, da convivialidade direta, perdida no tempo da aceleração contemporânea. Os exemplos para tal recriação, para Santos, seriam os lugares de resistência às mudanças espaciais, os espaços dos pobres que permaneceram em determinados pontos da cidade que lograram preservar, tantos aspectos físicos como sociais. Fernandes, por seu turno, verifica que a perda de sociabilidade também ocorre na cidade média, onde o centro antigo mantém o monopólio das funções centrais. Estudar os espaços a partir da experiência, reafirma Santos, evocando a busca dos aspectos mais ricos da vida urbana preservados pelos pobres. Segundo Fernandes, a sua proposta de “promover o mundo dos homens e sua esfera pública” trata-se de uma utopia, necessária para uma efetiva revitalização das áreas centrais.

A “tese” proposta pelos dois textos, apresenta algumas semelhanças com os estudos realizados pelos urbanistas europeus e norte-americanos, a respeito da retomada da centralidade da cidade, examinando os centros das grandes cidades europeias destruídos na Segunda Guerra¹⁸. Conforme as próprias palavras de Fernandes supracitadas, a sua pretensão seria de uma utopia urbana. Interessa salientar que ambas as análises são propensas a identificar potencialidades no tecido social, o que apontaria indícios, sinais cristalizados no território, que propiciassem um efetivo desenvolvimento urbano no tratamento dos centros e centralidades das cidades médias e grandes.

Entretanto, torna-se imprescindível reforçar a inelutável necessidade de abordar os projetos de revitalização como projetos de desenvolvimento urbano no seu sentido mais amplo, abarcando a revitalização social, cultural e espacial, com igual profundidade nas ações relativas a cada uma delas. Para trabalhar na preservação / revitalização do espaço concreto, deve-se atuar, também na preservação do conteúdo dessas formas. A esse respeito, pode-se destacar que, no caso do Rio de Janeiro os exemplos de preservação urbana / memória da cidade que não levaram em conta a íntima relação existente entre as edificações preservadas e a vida que nelas se desenrola, não obtiveram o sucesso de outros investimentos públicos que se mostraram sensíveis ao ambiente social que envolve os trechos preservados.

Finalmente, ressalta-se que a abordagem de Fernandes apóia-se, além de Santos, em outra interlocução privilegiada, a de Hannah Arendt, e descreve a sua apropriada concepção de que “ ‘a destruição do mundo comum é geralmente precedida pela destruição da pluralidade humana, que escraviza os homens e os impede de agir e se revelar, especialmente quando predominam as tiranias’ ” (...). “ ‘O mundo comum extingue-se quando a pluralidade e o conflito em torno das idéias cessam’ ”(Arendt, apud Fernandes, op. cit.). Neste sentido, as ações de políticas culturais

conseqüentes, compromissadas com o desenvolvimento urbano em sentido amplo e igualitário precisam atentar para a preservação da memória dos lugares, com sua riqueza e complexidade urbanas, construídas no decorrer das vidas desses lugares. As palavras de Anísio Teixeira: “a minha tese é a de que a diversificação é a condição do florescimento das culturas, e a uniformidade, a condição de sua morte e petrificação”¹⁹ também são extremamente sugestivas no que concerne às preocupações que devem nortear políticas urbanístico-culturais de “revitalização urbana”, para que respeitem os espaços construídos historicamente e estimulem o florescimento da criatividade nas culturas locais.

Políticas culturais – patrimônio cultural

Procuramos identificar, inicialmente, algumas concepções de patrimônio cultural envolvidas nas políticas culturais²⁰ de revitalização urbana, privilegiando os atores envolvidos nas suas concepções. Considerando-se que, no contexto das políticas públicas referidas ao chamado patrimônio cultural urbano há uma clara imbricação entre o conceito de patrimônio e a preservação da memória da cidade, a elucidação deste conceito torna-se especialmente relevante para problematizar a relação entre patrimônio cultural urbano e a construção de identidades. Assim, de acordo com Gonçalves (2002), o patrimônio é mais do que uma política cultural. “O patrimônio tem um papel cognitivo e construtivo universal²¹. O autor ressalta que a idéia de “patrimônio” firma-se como categoria na modernidade, surgindo com a formação dos Estados nacionais modernos, ao final do século XVIII e início do século XIX²².

Em apoio ao pensamento urbanístico ou do planejamento urbano, torna-se necessário refletir sobre o patrimônio: como essa categoria é usada e com que significados? No mundo contemporâneo, como indica a antropologia, tem sido uma palavra muito utilizada no cotidiano, com diversos significados. Um dos mais correntes associa patrimônio a “*bem de herança*” ou à transmissão de bens familiares, por intermédio de leis, de uma geração a outra. É usada como acumulação, representação, troca, ponte entre passado, presente e futuro, apropriação e perda. Neste sentido, patrimônio tanto pode se referir à acumulação, como à distribuição, à destruição de bens materiais, simbólicos. A concepção atual da antropologia enfatiza as relações sociais, e, menos, a cultura material. Assim, patrimônio passa a ser uma categoria da vida social e mental que orienta ângulos relevantes da vida coletiva, com diversas acepções e qualificações: patrimônio social, cultural, arquitetônico, econômico. Portanto, do ponto de vista moderno, trata-se de uma categoria passível de especificações por saberes especializados.

Tratando do patrimônio cultural como apropriação e perda, assinala-se finalmente que: “A história, assim como a antropologia (...), desempenha um papel importante na articulação das narrativas nacionais sobre patrimônio cultural. No entanto, enquanto antropólogos, historiadores ou folcloristas, escrevem textos de descrição e análise de sociedades, culturas, instituições, rituais, etc., **aqueles que lidam pragmaticamente com o chamado ‘patrimônio cultural’ dedicam-se às práticas de colecionar, restaurar e preservar objetos com o propósito de expô-los para que possam ser vistos e preencham as funções pedagógicas e políticas que lhe são atribuídas.** Desde seu começo enquanto um gênero cultural nas sociedades modernas, desde fins do século XVIII e inícios do século XIX, as chamadas práticas culturais de ‘preservação histórica’ têm estado voltadas para a identificação, coleta, restauração e preservação de objetos culturais no sentido geral deste termo (Bann 1984; Lagarde, 1979). Estes podem ser pensados como parte de um ‘sistema de objetos’ (Baudrillard 1968) cujo papel no processo de formação de identidades de grupos e categorias sociais nas modernas sociedades ocidentais tem sido discutido por vários autores” (Santos Gonçalves, 1996, p.21-22). (Grifo nosso).

Políticas culturais, preservação da memória e revitalização urbanas – um projeto de desenvolvimento urbano?

Neste item, trata-se das políticas culturais relativas às intervenções urbanas que buscam a preservação da memória e a revitalização urbanas, tendo em vista a possibilidade de se estruturar um projeto de desenvolvimento urbano. Desse modo, tecemos alguns comentários sobre as legislações urbanísticas / culturais na cidade do Rio de Janeiro, bem como dos projetos urbanos a partir da década de 1980, denominados de projetos de “preservação” / “revitalização” / “requalificação” ou “reabilitação” urbanas.

Recentemente, mediante a preservação do patrimônio cultural, o tema da memória vem assumindo relevância nas políticas culturais da metrópole do Rio de Janeiro. Contudo, visando contextualizar, de forma sintética, os antecedentes dessas políticas, interessa salientar alguns aspectos da ação do poder público nos últimos cem anos. Portanto, no início do século XX grandes projetos e intervenções urbanas passaram a transformar a fisionomia da cidade-capital do país, mormente na área central e seus arredores. Pode-se afirmar que, grosso modo, no período delimitado pelo início do século XX até meados da década de 1970, as políticas públicas de intervenção no espaço físico da cidade do Rio de Janeiro pautaram-se por uma atuação nitidamente de renovação urbana²³. Desde o final da década de 1970,

entretanto, verificou-se uma mudança nessa atuação, desencadeando-se outro período, fundamentado em políticas urbanístico-culturais de “preservação” / “revitalização” urbanas²⁴.

Desse modo, a partir da década de 1980, mediante a implementação do Projeto Corredor Cultural, legislação urbanística / cultural precursora, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro passa a atuar em projetos de “preservação”, “revitalização”, “requalificação” e/ou “conservação” urbana. A área central e outras centralidades têm sido objeto de diversos planos e intervenções, sobretudo nas duas últimas gestões administrativas, através da Secretaria Municipal de Urbanismo. Destaca-se a atuação da Secretaria Municipal das Culturas e da Secretaria Estadual de Cultura na implementação de suas políticas que, de um modo geral, vêm se constituindo em investimentos significativos nas áreas centrais e apresentando algumas ações nas áreas periféricas.

Desde meados da última década, essas duas secretarias municipais vêm exercendo tais atividades de acordo com os objetivos do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e, seguindo uma tendência mundial no campo do urbanismo, enfatizam aspectos da história e da memória urbana. Neste contexto, assinala-se a utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e da memória com um papel relevante na criação de espaços diferenciados pelas suas especificidades históricas consideradas como “suportes de memória”.

A respeito dessas políticas, destaca-se a legislação urbanística que prevê a implementação das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APACs; o Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes; o Distrito Cultural da Lapa²⁵ e o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária. Tais exemplos abrangem trechos significativos da cidade e, com exceção do caso das APACs que extrapola os limites do centro, referem-se a espaços contidos na área central da cidade. Considerando que cada um desses projetos envolve uma atuação ampla e complexa no espaço da cidade, cumpre observar que o patrimônio cultural urbano e, conseqüentemente, a memória da cidade, constituem, ambos, objeto de implementação de propostas ambiciosas que dificilmente poderão atingir os seus objetivos. Como é sabido, também são amplos e complexos os problemas sociais que devem ser tratados pela mesma gestão municipal que pretende implementar os “projetos de revitalização urbana”. Pode-se complementar retomando a questão delineada no segundo item deste texto, de que os projetos de “revitalização urbana” deveriam estar mais nitidamente relacionados a uma proposta de “desenvolvimento urbano” em sentido mais amplo, abarcando a revitalização social, cultural e espacial, com igual profundidade nas ações relativas a cada uma delas.

Na investigação dos aspectos da construção da memória urbana nas políticas culturais, as quais têm sido implementadas sobretudo nas centralidades urbanas, cabe sublinhar que tais políticas constituem ferramentas essenciais de construção dessa memória. Portanto, delineiam uma particular memorialística da cidade ao inscrever no tecido urbano uma leitura que torna “memoráveis” alguns aspectos do ambiente construído²⁶. Esses trechos tornados “memoráveis”, certamente serão reconhecidos por determinados setores, mas possivelmente não haverá uma vinculação clara com muitos outros, portanto, a construção de identidade social também ficará restrita a alguns setores da sociedade.

Finalizando, cabe enfatizar que a implementação de políticas culturais seletivas, valorizando espaços específicos da cidade, reforça distâncias sociais, mas, por outro lado, grupos sociais instalados nas áreas periféricas, mais pobres, com potencial de percepção dos chamados “homens lentos”, vêm apresentando reivindicações que podem estimular e, por vezes, transformar políticas²⁷. A apropriação dessas reivindicações populares pelo poder público deverá ser analisada, com maior aprofundamento, na busca da compreensão dos projetos de “revitalização urbana” como projetos de desenvolvimento urbano, em sentido amplo e igualitário, conforme se observou no decorrer deste texto.

Carmen B. Silveira é doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Notas

¹ Buscamos reconstituir alguns aspectos da história do pensamento sobre a memória, através de Marcio Seligmann-Silva, 2001; Márcia Mansor D'Alessio, 1998 e Henri-Pierre Jeudy, 1990 e 2001.

² FERNANDES, Ana Cristina. “Revitalização de Áreas Centrais”, 2003.

³ SANTOS, Milton. “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea”, 1995.

⁴ Conforme José Reginaldo S. Gonçalves. “A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, 1996 e “Autenticidade, Memória e Ideologia Nacionais: o problema dos patrimônios culturais, 1989.

⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. A escritura da memória: mostrar palavras, narrar imagens, 2001, p. 92.

⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Op. Cit., p.101.

⁷ D'ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: Identidades, Subjetividades, Fragmentos, Poderes, 1998, p.277.

⁸ JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do social, 1990.

⁹ JEUDY, Henri-Pierre, op. cit., 1990

¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada a respeito dessa retomada da questão da memória como crucial para o entendimento das políticas urbano-culturais recentes, ver Centralidades no Tecido Urbano: A Construção de Identidades e os Espaços de Memória. SILVEIRA, Carmen B., apresentado no Rio de Janeiro Conference – Historical dimensions of the Relationship Between Space and Culture, 2003. Nesse artigo desenvolvemos algumas idéias de Jacques Le Goff, Pierre Nora, Jean-Pierre Jeudy, em parte apresentado acima, entre outros.

¹¹ Ver, a respeito, TYRWHITT, J., SERT, J. L., e ROGERS, E. N. The Heart of the City: towards the humanization of urban life. CIAM 8. New York, 1952.

¹² SILVEIRA, Carmen B. Centralidades no Tecido Urbano: A Construção de Identidades e os Espaços de Memória. Op. cit., 2003.

- ¹³ FERNANDES, Ana Cristina. "Revitalização de Áreas Centrais", 2003.
- ¹⁴ SANTOS, Milton. "Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea", 1995.
- ¹⁵ Contribuição do mestre apresentada no Seminário Pelourinho; o Peso da História e Tendências Recentes. Organização do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA, em 1994. Texto publicado no livro, *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*, Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (org.), PPG-AU/FAUFBA, EDUFBA, 2002.
- ¹⁶ Refere-se ao Pelourinho, trecho da área central de Salvador, tema central do Seminário acima mencionado.
- ¹⁷ No seu texto, Fernandes examina o centro da cidade de São Carlos, cidade Média do interior de São Paulo.
- ¹⁸ Referimo-nos ao livro publicado por TYRWHITT, J., SERT, J. L., e ROGERS, E. N. *The Heart of the City: towards the humanization of urban life*. CIAM 8. New York, 1952.
- ¹⁹ Apud Campofiorito, Ítalo (1985). *Muda o mundo do Patrimônio*, p. 4.
- ²⁰ Conforme José Reginaldo Gonçalves. "A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil", 1996 e "Autenticidade, Memória e Ideologia Nacionais: o problema dos patrimônios culturais, 1989.
- ²¹ No texto aqui desenvolvido a respeito do patrimônio, estão sendo consideradas, basicamente, as idéias de José Reginaldo Santos Gonçalves, apropriadas da sua tese de doutorado *A Retórica da Perda - os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, publicada em 1996; e as anotações da palestra proferida pelo mesmo autor na mesa redonda intitulada "Patrimônio de Lúcio Costa", sob a coordenação da Professora / historiadora Margarida de Souza Neves, por ocasião do Seminário Internacional "Um Século de Lúcio Costa", realizado de 13 a 17 de maio de 2002 no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro.
- ²² Em publicação recente, Françoise Choay (2001) desenvolve estudo específico sobre a questão do Patrimônio. Considerando a emergência do Patrimônio Histórico na modernidade e identificando o seu surgimento a partir do século XV sob a denominação de "antiguidades", a autora relaciona monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano.
- ²³ Refiro-me, aqui, às grandes reformas e/ou intervenções urbanas realizadas no decorrer do século XX, como a "Reforma Passos", o "arrasamento do Morro do Castelo", a "renovação da área da Cinelândia", a construção da "Avenida Presidente Vargas", da "Avenida Brasil" e da "Avenida Perimetral", estas últimas incluídas entre as demais obras de abertura de vias e conseqüentes desapropriações do período "rodoviário", das décadas de 1950 / 60. Na década de 1950 também ocorre o "Arrasamento do Morro de Santo Antônio" e na de 1970º "Renovação dos bairros do Estácio e do Catumbi". Vaz e Silveira, 1998.
- ²⁴ VAZ e SILVEIRA. Áreas Centrais, Projetos Urbanísticos e Vazios Urbanos. In: *Território*, nº 7, 1999, p. 57.
- ²⁵ Este projeto foi parcialmente implementado sob a coordenação da Secretaria Estadual de Cultura.
- ²⁶ Notas de aula da disciplina "História e Tempo", do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC RIO.
- ²⁷ Como é caso das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACs e do Projeto Lonas Culturais, implementadas pela Secretaria Municipal das Culturas.

Bibliografia

- D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Intervenções da memória na Historiografia: Identidades, Subjetividades, Fragmentos, Poderes*. São Paulo: Projeto História – trabalhos da memória, nov., 1998, p. 269 - 280.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. *Muda o mundo do Patrimônio*, 1985.
- FERNANDES, Ana Cristina. "Revitalização de Áreas Centrais", 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. Cap. Sinais – Raízes de um Paradigma Indiciário (p.143-179). São Paulo: Companhia das Letras, 1989 / 2002.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 1996, (p.88 –135).
- JEUDY, Henri Pierre. *La Machinerie Patrimoniale*. Paris: Sens & Tonka, éditeurs, 2001.
- _____. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Imagário Histórico e Poder cultural: as comemorações do descobrimento*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 14, nº 26, p.183-202.
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Urbanismo, 1993.
- Prefeitura da Cidade do rio de Janeiro. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. 1995.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Patrimônio Cultural. *Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade do Rio de Janeiro*. Folder, SMC / DGPC, 2000.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Relatório 2000*. Secretaria Municipal de Cultura – SMC, 2000.

SANTOS, Milton. “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea”, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A escritura da memória: mostrar palavras, narrar imagens*, 2001.

SILVEIRA, Carmen B. e FERRAN, Márcia N. S. *Políticas Culturais e valorização simbólica do espaço: Rio de Janeiro “Capital Cultural”*. Anais IX do Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, maio de 2001.

SILVEIRA, Carmen B. *Centralidades no Tecido Urbano: A Construção de Identidades e os Espaços de Memória*. SILVEIRA, Carmen B., apresentado no Rio de Janeiro Conference – Historical dimensions of the Relationship Between Space and Culture, 2003.

TYRWHITT, J., SERT, J. L., e ROGERS, E. N. *The Heart of the City: towards the humanization of urban life*. Part 1 - Aspects of the Core: The Heart of the City. CIAM 8. New York: Pellegrini and Cudahy, 1952, p. 3-100

VAZ, Lilian F. e SILVEIRA, C.. *Transformações e Permanências na Área Central do Rio de Janeiro*. Arquitetura. Revista do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, ano 29, nº 81. Rio de Janeiro, 1998.

VAZ, Lilian e SILVEIRA, Carmen B. *Áreas Centrais, Projetos Urbanísticos e Vazios Urbanos*. In: Revista Território, nº 7. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, 1999.